

**ANEXO**

CONCRETIZAR AS PRIORIDADES LEGISLATIVAS

|  |  |
| --- | --- |
|  | Apresentadas e aprovadas |
|  | Acordo rápido possível respeitando os procedimentos normais |
|  | Acordo possível se houver um empenhamento político forte de todas as instituições da UE |

I) Iniciativas no âmbito do discurso sobre o estado da União de 2018**[[1]](#footnote-1)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Domínio de intervenção** | **Descrição** | **Comissão Europeia** | **Parlamento Europeu** | **Conselho da União Europeia** |
| Prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha[[2]](#footnote-2) | Proposta de setembro de 2018; o Conselho adotou o seu mandato em 6 de dezembro de 2018; o Parlamento Europeu deverá adotar o seu mandato de negociação para dar início aos trílogos. |  |  |  |
| Alargamento das competências da Procuradoria Europeia aos crimes terroristas transnacionais[[3]](#footnote-3) | Proposta de setembro de 2018. |  |  |  |
| Alteração específica do regulamento sobre o financiamento dos partidos políticos no que diz respeito a um procedimento de verificação de violações das normas em matéria de proteção de dados pessoais no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu[[4]](#footnote-4) | Proposta de setembro de 2018; acordo entre os colegisladores; adoção formal em março de 2019. |  |  |  |
| Reforço das capacidades da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira[[5]](#footnote-5) | Proposta de setembro de 2018; o Conselho e o Parlamento Europeu adotaram os respetivos mandatos de negociação e deram início a negociações interinstitucionais. |  |  |  |
| Centro Europeu de Competências Industriais, Tecnológicas e de Investigação em Cibersegurança[[6]](#footnote-6) | Proposta de setembro de 2018; o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram os respetivos mandatos de negociação e deram início a negociações interinstitucionais. |  |  |  |

II) Prioridades acordadas na Declaração Conjunta**[[7]](#footnote-7)**

| **Domínio de intervenção** | **Descrição** | **Comissão Europeia** | **Parlamento Europeu** | **Conselho da União Europeia** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem[[8]](#footnote-8) | Proposta de novembro de 2016; acordo entre os colegisladores; adoção formal em setembro de 2018. |  |  |  |
| Agência da União Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça[[9]](#footnote-9) | Proposta de junho de 2017; acordo entre os colegisladores; adoção formal em novembro de 2018. |  |  |  |
| Reforço do Sistema de Informação de Schengen[[10]](#footnote-10) | Proposta de dezembro de 2016; acordo entre os colegisladores; adoção formal no outono de 2018. |  |  |  |
| Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo[[11]](#footnote-11) | Proposta de julho de 2016; adoção formal em maio de 2018. |  |  |  |
| Sistema de Entrada/Saída[[12]](#footnote-12) | Proposta de abril de 2016; adoção formal em novembro de 2017. |  |  |  |
| Controlo da aquisição e da detenção de armas[[13]](#footnote-13) | Proposta de novembro de 2015; adoção formal em maio de 2017. |  |  |  |
| Diretiva Luta contra o Terrorismo[[14]](#footnote-14) | Proposta de dezembro de 2015; adoção formal em março de 2017. |  |  |  |
| Regulamento Cibersegurança[[15]](#footnote-15) | Proposta de setembro de 2017; acordo entre os colegisladores; adoção formal em abril de 2019. |  |  |  |
| Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais[[16]](#footnote-16) | Proposta em janeiro de 2016 e completada em junho de 2017; adoção formal em março de 2019. |  |  |  |
| Interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE para a gestão da segurança, das fronteiras e da migração[[17]](#footnote-17) | Proposta em dezembro de 2017 e alterada em junho de 2018; adoção formal em abril de 2019. |  |  |  |
| Acesso transnacional das autoridades com funções coercivas aos elementos de prova eletrónicos[[18]](#footnote-18) | Proposta de abril de 2018; o Conselho adotou o seu mandato de negociação; o Parlamento Europeu deverá adotar o seu mandato de negociação para dar início aos trílogos. |  |  |  |
| Acesso transnacional aos dados financeiros e sua utilização pelas autoridades com funções coercivas[[19]](#footnote-19) | Proposta de abril de 2018; adoção formal em abril de 2019. |  |  |  |
| Reforço do Eurodac[[20]](#footnote-20) | Proposta de maio de 2016; o Parlamento Europeu e o Conselho deverão finalizar as negociações, que se encontram numa fase avançada. |  |  |  |

III) Outras iniciativas legislativas em debate no âmbito da União da Segurança

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Domínio de intervenção** | **Descrição** | **Comissão Europeia** | **Parlamento Europeu** | **Conselho da União Europeia** |
| Combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário[[21]](#footnote-21) | Proposta de setembro de 2017; adoção formal em abril de 2019. |  |  |  |
| Restrição da comercialização e utilização de precursores de explosivos[[22]](#footnote-22) | Proposta de abril de 2018; adoção formal em abril de 2019. |  |  |  |
| Reforço dos dispositivos de segurança dos bilhetes de identidade e dos títulos de residência[[23]](#footnote-23) | Proposta de abril de 2018; o Parlamento Europeu e o Conselho alcançaram um acordo provisório em fevereiro de 2019, a confirmar pela sessão plenária do Parlamento Europeu de abril de 2019; adoção formal subsequente. |  |  |  |
| Reforço do Sistema de Informação sobre Vistos[[24]](#footnote-24) | Proposta de maio de 2018; o Conselho adotou o seu mandato de negociação em 19 de dezembro de 2018; o Parlamento Europeu votou o seu relatório em 13 de março de 2019, concluindo assim a sua primeira leitura. As negociações do trílogo entre os colegisladores deverão ser lançadas durante a próxima legislatura do Parlamento Europeu. |  |  |  |

1. <https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-speech_pt_0.pdf>. Ver igualmente a carta de intenções do Presidente Juncker: <https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-letter-of-intent_pt.pdf>. [↑](#footnote-ref-1)
2. COM(2018) 640 final de 12.9.2018. [↑](#footnote-ref-2)
3. COM(2018) 641 final de 12.9.2018. [↑](#footnote-ref-3)
4. COM(2018) 636 final de 12.9.2018. [↑](#footnote-ref-4)
5. COM(2018) 631 final de 12.9.2018. [↑](#footnote-ref-5)
6. COM(2018) 630 final de 12.9.2018. [↑](#footnote-ref-6)
7. [https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/joint-declaration-eu-legislative-priorities-2018-19\_en.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/j-declaration-eu-legislative-priorities-2018-19_en.pdf). [↑](#footnote-ref-7)
8. Regulamento (UE) 2018/1240 de 12.9.2018 e Regulamento (UE) 2018/1241 de 12.9.2018. [↑](#footnote-ref-8)
9. Regulamento (UE) 2018/1726 de 14.11.2018. [↑](#footnote-ref-9)
10. Regulamento (UE) 2018/1860 de 28.11.2018, Regulamento (UE) 2018/1861 de 28.11.2018 e Regulamento (UE) 2018/1862 de 28.11.2018. [↑](#footnote-ref-10)
11. Diretiva (UE) 2018/843 de 30.5.2018. [↑](#footnote-ref-11)
12. Regulamento (UE) 2017/2226 de 30.11.2017. [↑](#footnote-ref-12)
13. Diretiva (UE) 2017/853 de 17.5.2017. [↑](#footnote-ref-13)
14. Diretiva (UE) 2017/541 de 15.3.2017. [↑](#footnote-ref-14)
15. COM(2017) 477 final de 13.9.2017. [↑](#footnote-ref-15)
16. COM(2016) 7 final de 19.1.2016 e COM(2017) 344 final de 29.6.2017. [↑](#footnote-ref-16)
17. COM(2017) 793 final de 12.12.2017, COM(2017) 794 final de 12.12.2017, COM(2018) 478 final de 13.6.2018 e COM(2018) 480 final de 13.6.2018. [↑](#footnote-ref-17)
18. COM(2018) 225 final de 17.4.2018 e COM(2018) 226 final de 17.4.2018. [↑](#footnote-ref-18)
19. COM(2018) 213 final de 17.4.2018. [↑](#footnote-ref-19)
20. COM(2016) 272 final de 4.5.2016. [↑](#footnote-ref-20)
21. COM(2017) 489 final de 13.9.2017. [↑](#footnote-ref-21)
22. COM(2018) 209 final de 17.4.2018. [↑](#footnote-ref-22)
23. COM(2018) 212 final de 17.4.2018. [↑](#footnote-ref-23)
24. COM(2018) 302 final de 16.5.2018. [↑](#footnote-ref-24)